

Nos limites da Norma: casamentos consanguíneos na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana (séc. XVIII e XIX)

*In the limits of the Norm: consanguineous marriages
in the Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana
(18th and 19th centuries)*

Tatiane Eloise da Silva¹

Resumo. O presente artigo se propõe a analisar os casos de impedimentos e dispensas de consanguinidade e afinidade em processos matrimoniais da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, entre os séculos XVIII e XIX, através dos quais busca-se compreender a lógica católica empregada tanto na permissão, quanto na proibição de determinadas alianças matrimoniais. Esta fase da pesquisa se desenvolveu na esteira da catalogação e estudo dos casamentos, cujos registros estão arquivados na casa paroquial São Joaquim, na atual Diocese de Caicó (RN). A análise desses dados foi realizada com o auxílio de banco de dados construído através do software Access, que armazenava 1166 registros de casamento do período. Como fundamentação teórica-metodológica ancora-se na noção de rito de passagem discutida por José Carlos Pereira (2012); nos padrões familiares seridoenses dos séculos XVIII e XIX de Muirakytan Macêdo (2015); nas sensibilidades ligadas ao amor, sexo e casamento de Jean Flandrin (1988) e nas regras de parentesco de Marc Augé (1978). Preliminarmente, percebe-se a recorrência de negociações de dispensas de consanguinidade em 37% dos casos, o que denota uma tendência à formação de famílias baseadas na proximidade parental e um indício para as doenças desencadeadas por essa realidade.

Palavras-chave. Matrimônio. Consanguinidade. Seridó.

Abstract. The present article proposes to analyze the cases of impediments and dispensations of consanguinity and affinity in matrimonial processes of the Parish of Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, from the 18th until the 19th century. Through which we seek to understand the catholic logic employed both in the permission and in the prohibition of certain marriage alliances. This phase of the research was developed in the wake of the cataloguing and study of marriages, whose records are filed in the parish house São Joaquim, in the current Diocese de Caicó (RN). The analysis of these data was performed with the aid of a database built through the Access software, which stored 1166 marriage records of the period. As a theoretical-methodological foundation we anchored in the notion of rite of passage discussed by José Carlos Pereira (2012); in the family standards in the 18th and 19th centuries by Muirakytan Macêdo (2015); in the sensitivities linked to the love, sex and marriage by Jean Flandrin (1988); and in the rules of kinship by Marc Augé (1978). Preliminary, we noticed the recurrence of negotiations of inbreeding dispensations in 37% of the cases, which denotes a tendency to the formation of families based on parental proximity and an indication for the diseases triggered by this reality.

Keywords. Marriage. Consanguinity. Seridó.

¹Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-CERES). ID Lattes: 2623268244087921. ORCID: 0000-0002-7462-1411. E-mail: tatianesilva1@usp.br.

Introdução

O objetivo deste artigo é o de estudar casos de impedimentos e dispensas de consanguinidade e afinidade em processos matrimoniais na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, entre os séculos XVIII e XIX. Tal projeto surgiu a partir de uma experiência com a iniciação científica, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre os anos 2016 e 2017; quando sob a orientação do professor Muirakytan Kennedy de Macêdo, no plano de trabalho “Casamento, nascimento e consanguinidade (Ribeira do Seridó, séculos XVIII e XIX)”, nos deparamos com a presença de altos índices de uniões consanguíneas nas fontes paroquiais. Motivados por essa descoberta, nos propomos a compreender qual a lógica católica empregada tanto para a permissão, quanto para a proibição de determinadas alianças e suas implicações sociais na formação familiar.

Nesse sentido, recuamos no tempo tentando compreender o contexto de desenvolvimento dessas práticas, debatidas pelo Concílio de Trento, entre os anos de 1545 e 1563 na Europa, onde foram reunidas as principais autoridades eclesiásticas do mundo católico da época para tratar de questões dogmáticas, doutrinárias e disciplinares, tendo em vista a reestruturação da Igreja diante do avanço da Reforma Protestante. Um dos pontos principais dessa discussão foi a manutenção dos sacramentos, entre eles o matrimônio. Este adquiriu regras específicas, que levavam em conta a obediência, a fidelidade, a monogamia e a indissolubilidade. De acordo com Denziger (2007), para que os casamentos se realizassem eram necessárias algumas premissas instituídas pelo Concílio, como o consentimento mútuo dos nubentes, a consumação por meio da união física e para ser considerado verdadeiro e legítimo, perante a Igreja, a sua celebração perante um pároco, ou outro sacerdote delegado para tal função com, no mínimo, duas testemunhas do ato sacramental.

De acordo com Sheyla Farias Silva (2009), no início do século XVIII refletindo a teologia moral em vigor inspirada pelo Concílio de Trento surgiu no Brasil as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia sob a regência do Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. Identificamos nessa nova legislação eclesiástica modificações significativas quanto à prática da vida sacramental tendo em vista as especificidades da sociedade colonial. Seu esforço foi em vista de eliminar ao máximo as práticas matrimoniais segundo os costumes pagãos da terra. Ou seja, subordinar as alianças matrimoniais à ação da Igreja, uniformizando a liturgia empregada na cerimônia do casamento.

As Constituições foram responsáveis por determinarem além do rito, as condições necessárias aos nubentes, como a idade mínima para se contrair o matrimônio (12 anos para as mulheres e 14 para os homens), e a lucidez dos mesmos com relação ao consentimento da realização da cerimônia, sendo impedidos os loucos, na expressão do texto normativo: “o doudo, ou desacisado, se de tal sorte o for, que não entenda o que faz, nem possa dar para isso legítimo consentimento, salvo tendo lúcidos intervalos, porque no tempo deles pode casar.” (VIDE, 1707, p. 267). Postas tais condições, os interessados válidos deveriam apresentar suas intenções ao pároco, que antes de celebrar o matrimônio, “denunciava-os” e se informava se havia entre os contraentes algum impedimento. As denúncias, segundo Mirian Lott (2008), consistiam em “proclamas de casamento, que eram lidos durante a missa dominical”. Estes anúncios eram feitos não só na freguesia em que os nubentes contraíam matrimônio, mas também em outras freguesias, ao longo de três domingos, em todo tempo do ano.

Pensando tais questões no contexto da Ribeira do Seridó, nos ancoramos não só na legislação eclesiástica em vigor na época, Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, mas também em produções regionais que nos permitissem cruzar essas leituras e perceber as lacunas ainda existentes. Entre elas, está a obra de Olavo de Medeiros

Filho, Velhas famílias do Seridó, onde encontramos estudos genealógicos sobre as principais famílias da região; Rústicos Cabedais, de Muirakytan Kennedy de Macêdo, a qual discute acerca dos padrões familiares seridoenses dos séculos XVIII e XIX e os estudos sobre as formações familiares na Freguesia do Seridó, de Helder Alexandre Medeiros de Macedo. Assim, no que tange a historiografia local, há uma rica produção sobre a questão familiar, entretanto não com o foco central na consanguinidade, requerendo um maior aprofundamento sobre o tema.

Com relação a abordagem metodológica, nos baseamos na História Quantitativa e Serial, a partir das quais catalogamos e analisamos os registros paroquiais arquivados na Casa Paroquial São Joaquim. Com a História Serial, buscamos estabelecer uma série, através da qual pudemos analisar a repetição de padrões, a partir de fontes homogêneas e comparáveis. Já quanto a História Quantitativa, nos utilizamos dela para quantificar os dados recolhidos ao longo da pesquisa. Num primeiro momento, realizamos a análise dos dados com o auxílio de banco de dados construído através do software Access. Ali foram armazenadas as informações de 1186 registros de casamento investigados a partir de dois livros que vão desde 1788 a 1821. Dos quais o primeiro é datado de 1788 a 1809, contendo 543 registros, e o segundo de 1809 a 1821, com 623 registros. Apesar da riqueza de informações, tal corpus documental não foi suficiente para suprir as demandas exigidas pela temática, por isso foram introduzidas outras fontes eclesiásticas como os assentos de batismo e óbito. Dos quais, dois livros de batismo datam de 1803 a 1818, contendo 1488 registros, além dos livros de óbito datados de 1788 a 1838, com 2250 registros.

Ambos são importantes no cruzamento e reconstituição dos grupos familiares analisados. Num segundo, após procedido o mapeamento dos livros de casamento, coletamos dados pontuais, entre eles o nome dos noivos e dos padrinhos; idade; sexo; condição social; data; local e horário do matrimônio; impedimentos e pedidos de dispensa. Aspectos importantes para compreendermos a prática e os sentidos da celebração. Após a coleta de dados e a análise dos mesmos, procuramos encontrar padrões que dessem conta das categorias sociais de cada grupo.

Nossa pesquisa ainda se insere no campo da História Social. Conforme Castro (1997), essa dimensão historiográfica se preocupa com as ações humanas, coletivas e individuais, no contexto histórico em que cada sujeito viveu. Assim, é possível fazer uma história social do casamento e da família, uma vez que, o que buscamos nessas instituições são os sujeitos e o significado dado às suas práticas no contexto estudado. Por fim, o estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira refletiremos acerca do sacramento do matrimônio a partir do enfrentamento das legislações eclesiásticas e da historiografia disponíveis. Num segundo e último momento, buscaremos compreender os padrões de impedimentos e dispensas de consanguinidade a partir das fontes paroquiais e suas possíveis motivações. Encerraremos com as considerações finais sobre o tema.

Na “fôrma” da norma: um olhar historiográfico sobre o sacramento do matrimônio

O Concílio que se reuniu em Trento, pela primeira vez em 1545, reconvocato em 1562 (VAIN-FAS, 1989, p. 7), trazia a preocupação eminente de definir formas de enfrentamento da Reforma Protestante. Tentou-se criar estratégias que lhes permitissem estender seu campo de influência, associando-se inclusive aos projetos colonizadores da Europa Católica. Entre os instrumentos usados pela Igreja está o fortalecimento do clero, do casamento e das repressões às relações consideradas ilícitas, deixando transparecer sua preocupação com a normatização

do comportamento de seus fiéis. O casamento apareceu nesse contexto como uma possível solução ao desregramento moral.

Tais normatizações desembarcam nas terras do Novo Mundo entre os séculos XVI e XVII, ainda muito turvas, misturando-se às tradições locais, responsáveis por caracterizarem, inicialmente, as uniões na colônia. Era possível que colonizadores “amancebados” às índias e escravas africanas, tivessem deixado para trás suas esposas e famílias e dado origem a um verdadeiro cenário de concubinato e bigamia, pecados que comprometiam o modelo familiar pregado pela Igreja. Essas questões foram discutidas por Ronaldo Vainfas (1989) em seu livro *Trópicos dos Pecados*, onde explica que nos primeiros anos de ocupação colonial, diante da falta de mulheres “brancas e honradas”, os portugueses se uniam às índias e negras e quase nunca se casavam nos moldes canônicos, ou sequer pensavam em fazê-lo. A tendência era que confundissem a exploração social com a sexual, em que homens casados ou solteiros se amancebavam. Era uma das facetas do mundo colonial escravista, uma extensão da opressão e miséria a qual eram submetidas as mulheres, diga-se de passagem, prática comum nos trópicos e Velho Mundo.

Outro aspecto do matrimônio, no período colonial, será o seu poder de estabelecer alianças entre famílias, pelas quais eram mantidos ou multiplicados os patrimônios particulares e, no mesmo movimento, poderiam ser conservadas as linhagens, nesse caso gerando parentesco por consanguinidade ou afinidades, capazes de possibilitar uma maior visibilidade e interação social entre as famílias nem sempre da mesma condição. Os casamentos desiguais, sobretudo do ponto de vista étnico, não eram vistos com bons olhos, principalmente pelos parentes próximos que não hesitavam em recorrer à autoridade dos governadores para anularem esse tipo de união (SILVA, M. B. N. d., 1984, p. 143).

Na Ribeira do Seridó, nos deparamos com os estudos de Muirakytan K. de Macêdo (2015) que nos aponta o fato de que era comum em todo Brasil, os pais ao entregarem suas filhas oferecerem um dote, costume trazido pelos portugueses e que garantiria que elas fossem aprovadas para conviverem com os seus maridos. Consistiam na verdade em um adiantamento da herança a que a filha teria direito na partilha futura do patrimônio de seus pais. Os bens que geralmente integravam esses dotes eram listados como ouro, prata, escravaria, gado (devido ao caráter pastoril da região), e alguns imóveis, como casas ou porções de terra. Era comum que os pais casassem suas filhas nos meses de janeiro, junho e novembro, pois aí se concentrava o período de colheitas e apuração de rendas provenientes da criação de gado, elementos muito importantes na composição dos dotes. Entretanto, o dote não era uma condição obrigatória para que ocorresse o casamento. Embora tenha um relevo econômico, será que tais casamentos eram também um investimento afetivo?

Analisando a realidade social europeia Jean Flandrin (1988) abordou alianças semelhantes. Em sua publicação *O Sexo e o Ocidente*, ao afirmar que o amor era constantemente objeto da literatura ocidental, pelo menos desde o século XII, este amor, salvo exceções reconhecidas, nunca era um amor conjugal e raras vezes mesmo pré-conjugal. No que concerne à Igreja e os seus devotos condenavam o “amor profano” julgado “louco” e “sensual”, contraditório ao amor sagrado. Este último definido como “hum fogo aceso, pela providência divina, para apagar os incendios de todo amor ilícito, e profano” (PRIORE, 2005, p. 24), confirmava a ideia de que esse tipo de amor parecia estranho à problemática cristã dos casamentos do período, sendo admitido somente após ser sacramentado.

O casamento, portanto, tinha a função de aliar duas famílias e de permitir que elas se perpetuassem, mais do que para satisfazer o amor de dois jovens, até mesmo o casamento camponês considerava as condições materiais e o prestígio social na escolha do cônjuge. Parecia ser novidade exigir dos casais outra coisa a não ser sinais exteriores de benevolência ou de respeito

e observação dos deveres de seu estado. Uma certa aproximação entre o amor e o casamento só irá se operar, segundo Jean Flandrin, e para a realidade europeia, aparentemente, no século XVIII, no âmbito das elites sociais.

Assim, pensando nessas elites, presente nos documentos e protagonista dessa rede de consanguinidade na Ribeira do Seridó, dialogamos também com a obra de Olavo de Medeiros Filho, *Velhas Famílias do Seridó* (1983), considerada a bíblia dos genealogistas seridoenses. E que é fruto de uma intensa pesquisa documental em acervos de diversas naturezas no Seridó e até mesmo fora do Rio Grande do Norte. Nela tivemos contato com os grupos sociais, objeto do presente estudo, a partir dos quais investigamos os arranjos familiares, seus interesses, alianças, deslocamentos e sensibilidades. Elementos de um processo de apropriação de terras e de construção de um patrimônio territorial segundo Macedo (2013).

Casamento e consanguinidade no Seridó colonial

Ao investigar os processos de dispensas matrimoniais nos assentos de casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, constatou-se que a maioria dos impedimentos versavam sobre enlaces matrimoniais entre parentes, ou seja, ligados às questões de afinidade e consanguinidade. Foram analisados 1166 registros de matrimônio, dos quais 201 casos correspondiam a dispensas por parentesco próximo, como no caso de João Soares da Silva e Tereza Maria da Conceição, “dispensados no segundo grau de sanguinidade em que se achavam ligados, como consta do documento que fica em meu poder com o mandado de casamento que obtiveram, examinados na Doutrina Cristã, satisfeitas as saudáveis penitências, confessados e comunicados”². Casados nesta freguesia e moradores da mesma uniram-se em matrimônio no dia 29/05/1803 tendo como testemunhas Pedro Vital de Souto e Manuel da Ascensão de Lucena.

Em outro caso os nubentes envolvidos eram parentes de terceiro e quarto graus, como ocorre com Estevão do Rêgo Toscano e Francisca Dorneles Bitancor, “dispensados no terceiro grau de sanguinidade atingente ao segundo, satisfeitas as saudáveis penitências, corridos os banhos, sem mais impedimentos, confessados e examinados na Doutrina Cristã”³. Ambos residentes nesta freguesia. Suas famílias se uniram após a vinda dos Rego Toscano da Paraíba para o Rio Grande do Norte, onde se casam e constroem laços consanguíneos dentro do seu tronco familiar. Filha de Domingos Alves dos Santos e Luisa Dornelles de Bittencourt, Francisca teve treze irmãos entre os quais oito casaram-se com primos nos mais diferentes graus. Ao casar-se também com seu primo de segundo grau, Estevão, ela teve sete filhos, dos quais três casaram-se com parentes próximos.

Esse contexto seria resultado, possivelmente, de alianças realizadas a partir do interesse nas riquezas e no poder do futuro genro, gerando no seio da sociedade uniões consanguíneas que gerariam futuramente problemas genéticos na população. Muito embora seja um espaço ocupado pela religiosidade, obediente aos dogmas e leis canônicas, parece não ter sido suficiente para impedir a prática dos casamentos consanguíneos, tendo em vista em sua grande parte a “pureza de sangue” e a manutenção ou crescimento do poder. Esses enlaces irregulares poderiam ter dado origem a doenças genéticas, descobertas na região, que permanecem muito presentes entre as populações do interior do sertão. É por meio dessas negociações que se configura a população seridoense, que apesar de vivenciar uma forte religiosidade, escapa aos regulamentos e constrói novos padrões. Tais eventos convertem-se em importantes fontes para o estudo da família colonial brasileira, visto que nos informam sobre enredos anteriores

²Trecho retirado do Livro I de Casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1788–1809, p. 90v/91, cujos dados estão armazenados em banco de dados access cedido pelo professor Muirakytan Macêdo.

³*Ibid.* p. 96.

ao matrimônio, que revelam a ampla rede de interesses que norteavam a escolha dos cônjuges, ao mesmo tempo que registravam suas justificativas para transporem os impedimentos e consolidarem os laços matrimoniais legitimados pela Igreja.

O matrimônio tem um papel normatizador e disciplinador na sociedade, criando, de maneira geral, laços estabilizadores determinados pela formação da família. Pensar tal aspecto no sertão do Seridó da época é um grande desafio, tendo em vista que as regras eclesiásticas impostas pelas autoridades nem sempre eram exercidas na prática. Ocupado inicialmente pelos colonos empobrecidos da zona açucareira, que não encontravam colocação nas vilas e lavouras, os sertões se transformaram num horizonte de oportunidades e liberalidades para escravos fugidos, indígenas e cristãos-novos. A distância dos centros favoreceu a operação de tolerâncias sociais, uma vez que o poder formal dos representantes do reino na imensa colônia era relativo. Sem a atuação efetiva da Igreja e do Estado, a colônia não dispunha de recursos suficientes para manter a ordem e a religiosidade cristalinhas nessas localidades, ou seja, “ausência da Igreja, fermento do pecado. Distância do rei, ignorância da lei.” (MACÊDO, 2015, p. 191). São esses os dois grandes temores que afligiam os colonos no ultramar, e que se agravavam pelo número insuficiente de funcionários na administração da colônia, colocando em risco a integridade tanto civil quanto espiritual do sertanejo.

Assim, diante da terrível ideia de perder almas, o escasso clero utilizava-se de estratégias salvíficas como a desobriga em que nos períodos quaresmais reunia a população em fazendas ou povoados e ali ministravam os sacramentos que não haviam sido realizados no período anterior. Temendo a condenação eterna a grande parte das pessoas para ali se convergiam, onde passavam também pela árdua tarefa de serem contabilizados e registrados. São os registros eclesiásticos, realizados nesse período, que nos falam sobre as relações de consanguinidade na população da freguesia. Ao analisarmos os assentos de casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, constatamos que os impedimentos versavam sobre enlances matrimoniais entre parentes. Foram investigados 543 registros de matrimônio, em que cerca de 67 casos correspondiam às dispensas por parentesco próximo, denotando uma tendência para a formação de famílias baseadas na proximidade parental, conforme podemos depreender da tabela 1.

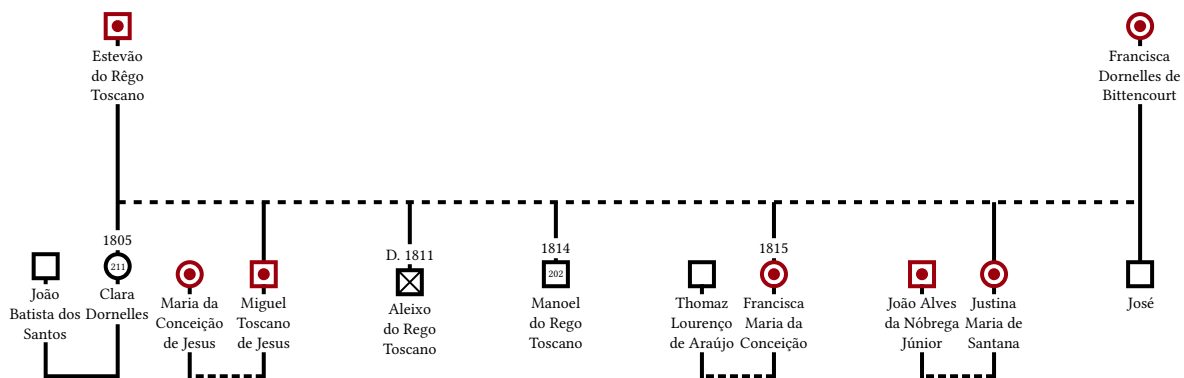
Tabela 1: Dispensas de impedimentos na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana (1788–1809)

Tipo de dispensa (1788 a 1809) (15,6%)	Ocorrência
Parentesco natural*	67
Idade [†]	2
Compadrio [‡]	2
Tempo [§]	8
Afinidade [¶]	5
TOTAL	84

*Tio(a), primo(a). [†]Homens menores de 14 anos, mulheres menores de 12 anos. [‡]Compadres ou comadres. [§]Tempo litúrgico, advento e quaresma. [¶]Cunhado(a), sogro(a).

Fonte: Livros de casamento da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana (1788–1809)

A flexibilização das normas, nesse contexto, pode ser observada não só na dispensa do parentesco natural, como também nos casamentos celebrados entre nubentes fora da idade ideal que, de acordo com as leis canônicas, correspondia à idade mínima de 14 anos para o varão e 12 para as mulheres, eventos que aparecem em 02 registros pesquisados. A exemplo disso há

Figura 1: Árvore genealógica de Estêvão do Rêgo Toscano e Francisca Dorneles Bitancor⁶

Legenda

□	Masculino	○	Feminino	⊠	Falecido	—	Casamento
⊙	Consanguíneos	○	Não consanguíneos	- - - - -	Casamento com dispensa de sanguinidade		

o caso de João de Melo Carneiro de Albuquerque que ao casar-se com Antonia Martins de Moraes, justifica sua menoridade: “Paraíba, donde justificou sua menoridade”⁴. Outro exemplo de transigência é-nos apresentado pelas uniões com algum grau de parentesco espiritual, proibido entre os padrinhos e os batizados, e afinidade ilícita, que totalizam um número de 07 registros. Por fim, aparecem nesse quadro as licenças referentes ao tempo litúrgico, representadas por 08 casos.

Ou seja, foram dispensados nos períodos da Quaresma ou Advento, em que são proibidas as solenidades do matrimônio. A exemplo disso, temos o caso de Manoel de Araújo Pereira e Maria de Jesus, ele morador desta freguesia e ela moradora da freguesia do Cuité, dispensados no período do advento conforme o documento: “Obtida dispensa de sanguinidade e da proibição do tempo do Advento por despacho do Reverendíssimo Sr. Visitador, precedendo Confissão e Comunhão Sacramental”⁵. Nesse sentido, a legislação canônica recomendava o ideal para os padrões católicos. A realidade, entretanto, mostra a contingência. Assim, apesar da complexa rede de interdições tecida pela Igreja, os moradores da freguesia conseguiram burlar esse sistema, casando-se dentro do mesmo grupo familiar como o fez, por exemplo, Estêvão do Rêgo Toscano e Francisca Dorneles Bitancor (figura 1), dispensados no terceiro grau de sanguinidade atingente ao segundo. Prática essa estendida a dois dos seus sete filhos.

Esses casos se repetem com frequência na freguesia, aumentando exponencialmente entre os anos de 1809 e 1821, em que registramos cerca de 634 casos, dos quais 499 não apresentaram impedimentos e 135 apresentaram, dos quais 134 correspondiam a cognção, ou seja, parentesco natural.

Tais uniões, de acordo com Macêdo (2015), eram reguladas não só pelas interdições religiosas como também pelo calendário do trabalho. As quedas abismais da frequência dos casamentos nos meses de março e dezembro demonstram que o coito era regulado pelo tempo sagrado, uma vez que esses períodos correspondiam à Quaresma e ao Advento, tempos esses

⁴Trecho retirado do Livro I de Casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1788–1809, p. 145v, cujos dados estão armazenados em banco de dados access cedido pelo professor Muirakytan Macêdo.

⁵*Ibid.* p. 115.

⁶A árvore genealógica foi produzida a partir dos dados retirados do Livro I de Casamentos da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1788–1809, cujos dados estão armazenados em banco de dados access cedido pelo professor Muirakytan Macêdo.

Tabela 2: Dispensas obtidas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa'Ana (1809–1821)

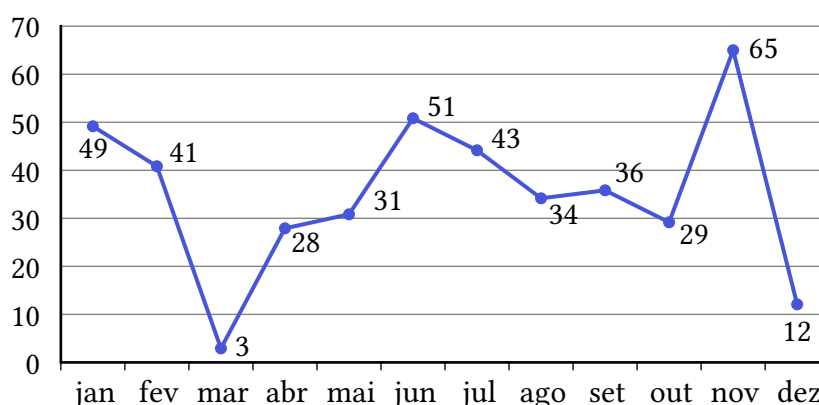
Tipo de dispensa (1809 a 1821) (21,4%)	Ocorrência
Parentesco natural*	134
Idade†	1
TOTAL	135

*Tio(a), primo(a). †Homens menores de 14 anos, mulheres menores de 12 anos.

Fonte: Livros de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana (1809–1821)

de penitência para o católico em que se evita manter relações sexuais. Os picos dos meses de junho e julho eram devidos ao período das colheitas e das rendas com o gado. Os rendimentos eram utilizados nos dotes das filhas e filhos que costumavam contrair matrimônio nessa época do ano, como demonstra o gráfico na figura 2.

Figura 2: Movimento sazonal dos casamentos



Fonte: Macêdo (2015, p. 202)

Assim, percebe-se na população motivações não só religiosas como também econômicas em torno do casamento. Dessa forma, havia um forte receio quanto à dispersão patrimonial e a manutenção na “pureza do sangue” desses grupos consanguíneos. Embora, condenados pelo Tribunal Eclesiástico, eram dispensados pelas autoridades competentes, que viam na quantidade de requisitos exigidos pela Igreja, a inviabilização de muitas uniões matrimoniais. Nesse contexto, o casamento, em muitas ocasiões, era um negócio de família, determinado para preservar o patrimônio ou para aumentá-lo.

Considerações finais

A partir do que foi discutido, percebeu-se a presença de peculiaridades próprias da região, como nas condições culturais em que as pessoas se encontravam inseridas, caracterizadas por uniões consanguíneas motivadas, em grande parte, por interesses econômicos e manutenção da linhagem. É possível identificar que tais práticas matrimoniais no período colonial modificaram diretamente o dia-a-dia da população local, levando-a a negociações de dispensas de consanguinidade e gerando uma tendência para a formação de famílias baseadas na proximidade parental. Identificamos, por outro lado, que apesar de todos os esforços da Igreja e

da pastoral tridentina, no sentido de impor determinadas normas de fé e conduta, bem como de fiscalizar o cotidiano da população, muitos eram os indivíduos que encontravam meios de ultimar suas vontades à margem das regras estabelecidas. De qualquer modo, o casamento legítimo, em muitas ocasiões, era um negócio de família, determinado para preservar a linhagem, e incrementar o patrimônio familiar, à mulher, muitas vezes, não cabia opinar sobre a escolha de seu noivo, pois passava da tutela dos pais para a guarda do marido.

Fontes primárias

Paróquia de Sant'Ana de Caicó (PSC), Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Batismo nº 1, Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó (FGSSAS), 1803–1806. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Batismo nº 2, FGSSAS, 1814–1818. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788–1809. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 2, FGSSAS, 1809–1821. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 1, FGSSAS, 1788–1811. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 2, FGSSAS, 1812–1838. (Manuscrito).

Referências

AUGÉ, M. **Os Domínios do Parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições 70, 1978.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DENZIGER, H. Concílio de Trento (19º ecumênico). In _____. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas e Loyola, 2007. P. 394–418.

FLANDRIN, J. L. **O sexo e o ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOTT, M. M. **Na forma do ritual romano**: casamento e família em Vila Rica (1804–1839). São Paulo: Annablume, 2008.

MACEDO, H. A. M. d. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII–XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MACÊDO, M. K. d. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó, Séc. XVIII). Natal: Editora Flor de Sal e EDUFRN, 2015.

MEDEIROS FILHO, O. d. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

PEREIRA, J. C. **Os ritos de passagem no catolicismo**: cerimônias de inclusão e sociabilidade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

PRIORE, M. D. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, M. B. N. d. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, S. F. Casamento na Norma: a busca por uniões sacramentadas em Sergipe Oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIDE, S. M. d. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, 2007. Originalmente publicado em 1707.

Recebido em 25 set. 2021

Aprovado em 2 out. 2021